



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO DG

RELATORIA: DG

TERMO: VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

NÚMERO: 62/2025

OBJETO: PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO PARA REFERENDAR AS DELIBERAÇÕES Nº 436 E 437, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025

ORIGEM: SUPAS

PROCESSO (S): 50505.033311/2025-17

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO – DIRETORIA COLEGIADA

1. DO OBJETO

1.1. Trata-se das Deliberações nº 436 e nº 437, de 7 de novembro de 2025, publicadas, *ad referendum*, no intuito de cumprir a decisão de mérito proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 5083300- 23.2025.4.02.5101, em trâmite na 4ª Vara Federal Cível da SJRJ.

2. DOS FATOS

2.1. Referida decisão judicial determinou à ANTT a análise e conclusão do Processo Administrativo nº 50505.033311/2025-17, nos seguintes termos:

"Ante o exposto, REJEITO as preliminares arguidas e, no mérito, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para CONCEDER A SEGURANÇA, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Em consequência, DETERMINO à autoridade impetrada que proceda a uma nova análise do requerimento formulado pela impetrante no Processo Administrativo nº 50505.033311/2025-17, para a operação da linha Osasco/SP – Rio de Janeiro/RJ e suas seções, DEVENDO AFASTAR, como fundamento para o indeferimento, a não participação em "janela de abertura" ou a limitação genérica de operadores no mercado, em razão da mora regulatória da própria agência e da necessidade de observância ao princípio da isonomia.

Esclareço que a nova análise deverá se ater ao cumprimento dos demais requisitos técnicos, operacionais e de habilitação previstos na legislação, não sendo esta sentença uma autorização automática para a operação da linha, mas sim uma ordem para que o processo administrativo retome seu curso regular, livre do óbice ora reconhecido como ilegal."

2.2. Na sequência, após manifestação da Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros – SUPAS, foi encaminhado o Ofício Circular nº 4472 (SEI nº 37068668) à Diretoria Colegiada, em atendimento ao disposto no art. 10 da Resolução ANTT nº 5.818/2018, para ciência da decisão proferida no âmbito judicial.

2.3. Ato contínuo, esta Diretoria-Geral deliberou pela avocação da competência para a Diretoria Colegiada, nos termos do art. 11 do referido normativo. Em razão disso, os autos foram devolvidos à SUPAS para ciência e para a devida instrução processual, com a elaboração do Relatório à Diretoria e das minutas de Deliberação, a fim de viabilizar a distribuição do feito mediante sorteio, conforme previsto no § 2º do mesmo dispositivo.

2.4. Ocorre que a Procuradoria Federal junto à ANTT, nos autos processo nº 00408.151744/2025-75 (37125207), instou a SUPAS apresentar o comprovante do cumprimento após nova decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 5083300-23.2025.4.02.5101, nos seguintes termos:

Intime-se a ANTT, com urgência, para que comprove o cumprimento da obrigação de fazer estabelecida na sentença do evento 20, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa pessoal ao DIRETOR-GERAL - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT - RIO DE JANEIRO, a ser arbitrada por este juízo. Sem prejuízo, expeça-se mandado para a intimação do impetrado, para o cumprimento da obrigação contida na sentença do evento 20 (proceder a uma nova análise do requerimento formulado pela impetrante no Processo Administrativo nº 50505.033311/2025-17, para a operação da linha Osasco/SP - Rio de Janeiro/RJ e suas seções, devendo afastar, como fundamento para o indeferimento, a não participação em "janela de abertura" ou a limitação genérica de operadores no mercado, em razão da mora regulatória da própria agência e da necessidade de observância ao princípio da isonomia; a nova análise deverá se ater ao cumprimento dos demais requisitos técnicos, operacionais e de habilitação previstos na legislação, não sendo a sentença uma autorização automática para a operação da linha, mas sim uma ordem para que o processo administrativo retome seu curso regular, livre do óbice ora reconhecido como ilegal), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa pessoal a ser arbitrada por este Juízo.

Cumprido, intime-se a impetrante para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo esta, no mesmo prazo, apresentar suas contrarrazões ao recurso de apelação interposto pela ANTT no evento 37.

2.5. Diante da urgência para a formalização do ato autorizativo e da necessidade de demonstração do efetivo cumprimento da decisão judicial, os autos foram encaminhados à Diretoria-Geral para ciência e deliberação quanto à adoção de rito excepcional.

2.6. Em seguida, no dia 7 de novembro de 2025, foram publicadas, *ad referendum*, as Deliberações nº 436 e nº 437, no intuito de cumprir a decisão liminar proferida nos autos Mandado de Segurança nº 5083300- 23.2025.4.02.5101, em trâmite na 4ª Vara Federal Cível da SJRJ.

2.7. É, em síntese, o que se necessita relatar.

3. DA ANÁLISE PROCESSUAL

3.1. Conforme relatado, as **Deliberações nº 436 e 437**, foram publicadas *ad referendum*, nos termos do art. 58 do Regimento Interno da ANTT, diante da urgência de demonstrar o cumprimento da decisão judicial no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de eventual aplicação de multa por descumprimento de ordem judicial.

3.2. De acordo com o Relatório de Análise em anexo (36724497) e o Relatório à Diretoria 582 (37128460), constata-se o cumprimento dos requisitos técnicos e operacionais necessários à autorização de novos mercados, conforme previsão da Resolução ANTT nº 6.033, de 21 de dezembro de 2023.

3.3. Diante do exposto e considerando as manifestações técnicas e jurídicas contidas nos autos, cujos argumentos ora são adotados e passam a integrar este ato, nos termos do art. 50, inciso VIII, § 1º, da Lei nº 9.784, de 1999, esta Diretoria entende estar presentes os requisitos para que sejam referendadas a **Deliberação nº 436 e 437**, de 7 de novembro de 2025, expedidas para cumprir ordem judicial.

4. DA PROPOSIÇÃO FINAL

4.1. Com estas considerações, **VOTO** por referendar as **DELIBERAÇÕES Nº 436 E 437, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2025**.

Brasília, 11 de novembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
GUILHERME THEO SAMPAIO
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO**, Diretor Geral, em 17/11/2025, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37204494** e o código CRC **37D61298**.

Referência: Processo nº 50505.033311/2025-17

SEI nº 37204494

St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Telefone Sede: 61 3410-1000 Ouvidoria ANTT: 166

CEP 70200-003 Brasília/DF - www.antt.gov.br